

DOSSIÊ

Massificação, expansão e
democratização do Ensino Superior

Editor

Artur José Renda Vitorino

Disponibilidade de dados

Os dados de pesquisa estão
disponíveis no corpo do documento.

Uso de software de IA

Não foram utilizadas ferramentas de
IA em nenhuma parte da elaboração
deste manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses

Recebido

30 jan. 2026

Versão Final

22 abr. 2026

Aprovado

21 maio 2026

Expansão e interiorização da Universidade de Pernambuco: processo histórico e capilaridade territorial (1965-2023)

Expansion and interiorization of the University of Pernambuco: historical process and territorial capillarity (1965-2023)

Carlos André Silva de **Moura**¹ , Mariana Rabêlo **Valença**² , Mário Ribeiro dos
Santos¹ , Sandra Simone Moraes de **Araújo**¹ 

¹ Universidade de Pernambuco, *Campus* Mata Norte, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História. Recife, PE, Brasil. Correspondência para: C. A. S. MOURA. E-mail: <casmcarios@yahoo.com.br>.

² Universidade de Pernambuco, *Campus* Mata Norte, Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva. Recife, PE, Brasil.

Como citar este artigo: Moura, C. A. S. et al. Expansão e interiorização da Universidade de Pernambuco: processo histórico e capilaridade territorial (1965-2023). *Revista de Educação PUC-Campinas*, v. 31, e18338, 2026. Doi: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v31a2026e18338>.

Resumo

Desde o início do século XXI, a expansão e a interiorização das universidades têm produzido capilaridade territorial e ampliação do acesso ao ensino superior em diferentes regiões do Brasil. No âmbito das universidades estaduais, a interiorização constitui uma estratégia histórica, presente desde a segunda metade do século XX, com oferta de projetos de ensino, de pesquisa, de extensão e de assistência à população em territórios afastados dos principais centros urbanos. A partir de uma análise histórica articulada ao conceito de justiça socioespacial, este estudo discute os processos de ampliação e interiorização da Universidade de Pernambuco entre os anos de 1965 e 2023. Como abordagem metodológica, a pesquisa fundamenta-se na análise de legislação, relatórios institucionais, depoimentos e registros da imprensa, buscando compreender as relações entre as demandas educacionais da população e seu alinhamento aos projetos governamentais. Os resultados evidenciam a importância da capilaridade territorial da instituição, constituindo-se em 12 *campi*, estudantes oriundos de 184 municípios pernambucanos, de 25 unidades da federação e de diferentes países, com a formação de profissionais em regiões de escassez, presença qualificada em territórios vulneráveis e ampliação do acesso à educação superior pública.

Palavras-chave: Ciência e tecnologia. Democratização da educação. Descentralização. Ensino superior. Justiça socioespacial.

Abstract

Since the beginning of the 21st century, the expansion and interiorization of universities have fostered territorial capillarity and broadened access to higher education across different regions of Brazil. Within the scope of state universities, interiorization constitutes a longstanding strategy, present since the second half of the 20th century, through the provision of teaching,

research, extension, and community assistance initiatives in territories distant from major urban centers. Based on a historical analysis articulated with socio-spatial justice, this study discusses the processes of expansion and interiorization of the University of Pernambuco between 1965 and 2023. Methodologically, the research is grounded in the analysis of legislation, institutional reports, testimonies, and press records, adopting an approach that seeks to understand the relationships between educational demands, population needs, and alignment with governmental projects. The results highlight the importance of the institution's territorial capillarity, currently comprising 12 campuses, with students originating from 184 municipalities in Pernambuco, 25 Brazilian states, and different countries, contributing to the training of professionals in underserved regions, a qualified presence in vulnerable territories, and the expansion of access to public higher education..

Keywords: Science and technology. Democratization of education. Decentralization. Higher education. Socio-spatial justice.

Introdução

Queremos ser uma universidade dinâmica, moderna, útil e proveitosa para o bem comum (Samico, 1987, p. 114).

A criação de novas Instituições de Ensino Superior (IES) e a ampliação das já existentes, sobretudo a partir do início do século XXI, têm contribuído significativamente para a democratização do acesso à universidade no Brasil, especialmente para populações historicamente excluídas e distantes, dos pontos de vista geográfico e econômico, dos grandes centros urbanos. Esse contexto tem sido marcado pela interiorização universitária que, chegando a cidades menores, reduziu desigualdades territoriais e reconfigurou cenários sociopolíticos regionais.

A partir de 2003, esse movimento foi impulsionado por um conjunto de políticas públicas e programas federais, entre os quais se destacam o Programa de Expansão da Educação Superior Pública, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o Programa Universidade para Todos, o Fundo de Financiamento Estudantil, criado em 1999 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e ampliado no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, e o Sistema de Seleção Unificada. Os mecanismos contribuíram, de forma decisiva, para o crescimento da oferta de vagas em instituições públicas e privadas – estas através do Programa Universidade para Todos e do Fundo de Financiamento Estudantil, possibilitando à população de baixa renda o acesso ao ensino superior (Valença, 2018).

Nas regiões Norte e Nordeste, marcadas por uma geografia desigual das instituições de ensino superior, os ganhos foram particularmente expressivos. Uma maior distribuição de universidades pelo território nacional dialoga com debates que articulam a urbanização contemporânea à terciarização da economia (Harvey, 2012; Santos, 2004), onde a presença de IES públicas pode contribuir, de modo estratégico, para a promoção do desenvolvimento territorial por meio da formação de capital humano e da produção científica e tecnológica, que podem estar relacionadas às demandas locais e regionais.

A Universidade de Pernambuco (UPE), instituição mantida pelo Governo do Estado de Pernambuco, cuja origem remonta à Fundação de Ensino Superior de Pernambuco (FESP), a partir da Lei Estadual nº 5.736 de 25 de novembro de 1965 (Pernambuco, 1965), tem sua presença no interior desde o início das atividades, com a incorporação à sua estrutura das Faculdades de Formação de Professores de Nazaré da Mata, Petrolina e Garanhuns. O projeto se fortaleceu após avanços na organização das escolas de ensino superior em Pernambuco, durante a primeira metade do século XX, com ações que buscavam estabilidade financeira e meios para promover sua expansão.

Nesse contexto, este artigo tem como objetivo analisar os processos de expansão e interiorização da Universidade de Pernambuco a partir da perspectiva da justiça socioespacial, com base em Harvey (1980) e Soja (2025). Embora a pesquisa tenha se direcionado a uma instituição estadual, o debate não pode se furtar dos diálogos sobre a educação superior, as transformações educacionais, políticas e econômicas que aconteceram no cenário nacional. Para tanto, foram utilizados documentos governamentais, da Universidade de Pernambuco, depoimentos e materiais publicados na imprensa. Do mesmo modo, efetuamos debates sobre a expansão do setor terciário e da urbanização contemporânea, bem como o papel estratégico das universidades no desenvolvimento regional. Além disso, a análise espacial ilustra a distribuição e a abrangência da instituição no quadro das Regiões Geográficas Imediatas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017), que ajudam a pensar os desdobramentos socioeconômicos regionais.

Atualmente, a UPE conta com 12 *campi* em todas as regiões do Estado, com estudantes oriundos dos 184 municípios pernambucanos, de 25 estados e de vários países, 16 polos de Educação à Distância, quatro escolas de aplicação voltadas para a educação básica, três hospitais universitários, 11 Ambientes de Inovação, um Instituto de Inovação Tecnológica, uma agência de inovação e um Instituto Confúcio de ensino da língua e da cultura chinesas, que mantém parceria com a *Central University of Finance and Economics*, em Pequim (Moura; Kerou, 2025). As atividades acadêmicas estão organizadas em 66 cursos de graduação (presenciais e EaD), 43 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, 103 cursos de pós-graduação *lato sensu* em diversas áreas e 71 programas de residência em saúde. Essa complexa estrutura reúne 21.450 estudantes da graduação, pós-graduação e educação básica, 1.266 docentes e 6.207 técnicos administrativos, distribuídos em todo o estado (Universidade de Pernambuco, 2025b).

Estado, território e ensino superior: a estadualização do sistema universitário pernambucano

O processo de federalização do ensino superior em Pernambuco, durante as décadas de 1950 e 1960, não conseguiu agregar todas as faculdades existentes, seja por áreas que já eram atendidas pela Universidade do Recife, pela Universidade Rural de Pernambuco e pela Universidade Católica de Pernambuco, ou por não cumprir requisitos específicos³. A organização da Universidade de Pernambuco ocorreu no instante da ampliação da rede de ensino do Governo Federal, acompanhada por diferentes Estados da federação que organizaram centros educacionais que tinham o objetivo de atender a demandas na formação de profissionais. Instituições como a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, fundada em 4 de dezembro de 1950, a Universidade Estadual da Paraíba, de 15 de março de 1966, a Universidade Estadual de Campinas, em 05 de outubro de 1966, a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, de 28 de setembro de 1968, e a Universidade Estadual do Ceará, de 10 de março de 1975, evidenciam o avanço na estadualização do ensino superior a partir da união de diferentes faculdades que atuavam na formação científica em distintas áreas do conhecimento.

³ A Universidade do Recife foi criada em agosto de 1946, após a publicação do Decreto-Lei nº. 9.388, de 20 de junho, com a união da Faculdade de Direito do Recife (1827), da Escola de Engenharia de Pernambuco (1895), da Faculdade de Medicina do Recife (1927), da Escola de Belas Artes (1932) e da Faculdade de Filosofia de Pernambuco (1941). Em 1967, passou a integrar o novo sistema de educação superior no Brasil, com o nome de Universidade Federal de Pernambuco. A Universidade Rural de Pernambuco foi organizada a partir das Escolas Superiores de Agricultura e de Medicina Veterinária, com início das atividades em 1 de fevereiro de 1914. A Universidade Rural de Pernambuco foi criada com o Decreto Estadual nº 1.741, de 24 de julho de 1947, com a incorporação das Escolas Superiores de Agricultura, Veterinária, Escola Agrotécnica de São Lourenço da Mata e o Curso de Magistério de Economia Doméstica Rural. A instituição foi federalizada pela Lei Federal nº 2.524, de 4 de julho de 1955, com a utilização da nomenclatura Universidade Federal Rural de Pernambuco a partir de maio de 1974. A Universidade Católica de Pernambuco foi criada a partir da incorporação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manoel da Nóbrega à Faculdade de Comércio e Economia de Pernambuco e Escola Politécnica de Pernambuco, inaugurada por membros da Companhia de Jesus em 18 de abril de 1943 (Brasil, 1946; 1955; Cabral, 2009).

O projeto para criação da FESP se originou da necessidade da Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco de estabelecer convênios para promover atividades de ensino, pesquisa e atendimento de saúde à população, acompanhada da Faculdade de Odontologia de Pernambuco e da Escola de Administração Pública. As negociações com o Governo de Pernambuco também viabilizaram a transferência da faculdade para região próxima ao Hospital Oswaldo Cruz, instituição que foi resultado da integração dos Hospitais Santa Águeda e Muniz Machado, em funcionamento desde 1884 e 1922, respectivamente, que passaram a integrar as atividades de formação dos profissionais de saúde da instituição.

Com o objetivo de ampliar a concepção universitária do projeto, resolver pendências financeiras e acadêmicas, a FESP passou, a partir de 1966, a incorporar instituições de ensino superior, com funcionamento desde a primeira metade do século XX, como a Escola Politécnica de Pernambuco, em funcionamento desde 1912, a Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora das Graças, inaugurada em 1945, e a Escola Superior de Educação Física, com atividades desde 1946 (Gomes *et al.*, 2024). Para o Governador Paulo Guerra (1916-1977), a solução financeira para as escolas de ensino superior não passava por uma distribuição de recursos de modo isolado, mas se fazia necessária a criação de uma fundação que pudesse receber investimentos do Estado para coordenar as suas atividades administrativas. O projeto de organização da nova universidade teve assessoria de Newton Sucupira e Gilberto Osório de Andrade, educadores com experiência em gestão pública, responsáveis pela proposição da lei que estruturou a expansão da instituição.

Nesse sentido, em 25 de novembro de 1965, o Poder Legislativo de Pernambuco aprovou a criação da Fundação de Ensino Superior de Pernambuco. Entre as providências adotadas, a instituição se constituiu como de direito privado, destinando-se a implantar e manter a Universidade de Pernambuco. O documento tinha como base a Lei Federal nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que autorizava a constituição de entidades para coordenar, de forma acadêmica e administrativa, o ensino superior (Brasil, 1961). Mesmo com o processo de estadualização das faculdades, a lei permitia a manutenção da cobrança de valores para o ingresso e a permanência dos estudantes⁴. Tal prática não garantia a universalização do ensino superior, o que mantinha parte da população distante da formação profissional especializada. Mesmo assim, vários setores da sociedade demonstraram a importância da organização da FESP, com a construção de apoio dos poderes legislativo e executivo para a ampliação da nova fundação.

Em 24 de novembro de 1965, José Rafael de Menezes publicou, no Jornal do Commercio, uma análise que destacou a importância da instituição para o fortalecimento do ensino superior, especialmente na solução das demandas da população e das crises financeiras enfrentadas pelas faculdades. Para o jornalista, a FESP nascia com um “[...] espírito de idealismo e emoção científica: num ambiente assim de respeito pluralístico que as ‘fundações’ quando cuidadosamente organizadas e criteriosamente dirigidas inspiram [...]” (Menezes, 1965, p. 2).

Em declaração do Governador Paulo Guerra, sobre o projeto de criação da FESP, destacou-se que as faculdades constituíam um patrimônio da população e não poderiam ser mantidas sem o financiamento do Estado. Segundo o gestor, após a criação da instituição “[...] outras Faculdades, Cursos e Institutos serão criados ou incorporados futuramente à Fundação, tornando-se mais extensa a ação governamental no setor da educação”. Ainda em seu discurso, enfatizou que, para a manutenção do novo órgão, seria destinada uma parcela do orçamento estadual, a partir de 1966,

⁴ A Universidade de Pernambuco conquistou a gratuidade a partir da publicação do Decreto nº 34.380, que instituiu a gratuidade das taxas de matrícula e de mensalidade nos cursos regulares de graduação. Em 19 de agosto de 2020, foi publicada a Lei nº 17.032, que garantiu a gratuidade nos cursos regulares de graduação e pós-graduação *stricto sensu* (Pernambuco, 2009; 2020).

com “[...] uma dotação global correspondente a dois por cento (2%) sobre a arrecadação prevista para o Imposto de Vendas e Consignações a ser pago [...]” (Guerra, 1965, p. 1.603).

Após ampla negociação entre os poderes executivo, legislativo e parte da sociedade civil, a Lei Estadual nº 5.736, que autorizou a criação da Fundação de Ensino Superior de Pernambuco, instituiu que:

[...] § 1º - Inicialmente serão mantidas pela FESP a Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco, a Faculdade de Odontologia de Pernambuco e a Escola de Administração Pública, criada pela Lei n. 2.622, de 30 de novembro de 1956, que passa a denominar-se de Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco. [...]

Art. 3º Gozará a FESP de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, nos termos dos seus Estatutos (Pernambuco, 1965, p. 8326).

A legislação seguiu parâmetros de outras legislações do Brasil, especialmente no tema sobre a autonomia didática, administrativa e financeira. Mesmo que o projeto inicial tenha privilegiado a organização das faculdades da área de saúde, a importância da Escola de Administração Pública para a formação dos servidores estaduais garantiu a ampliação da FESP. Com o objetivo de expandir os projetos acadêmicos, a Escola de Administração Pública foi instituída para a população interessada nos estudos da administração. Nesse sentido, a FESP teve início com duas áreas específicas: saúde e ciências sociais aplicadas.

As determinações estabelecidas na legislação estadual, que proporcionou recursos específicos para a fundação, garantiram o planejamento para a expansão da instituição ao interior do Estado. Sendo assim, no dia seguinte à publicação da Lei Estadual nº 5.736 no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, o Governador Paulo Guerra anunciou o projeto de criação das Faculdades de Filosofia nas regiões da Zona da Mata e do Agreste, com o objetivo de formar professores para a educação básica. A iniciativa possibilitou a expansão da concepção de universidade, que estava centrada na capital do Estado. A ação do gestor demonstrou como o projeto da FESP se iniciou com uma política de interiorização em áreas específicas, voltadas para as demandas da população e da administração pública.

Durante a década de 1980, foram realizadas várias atividades, acompanhadas pelo Ministério da Educação e Cultura, para efetivação da Lei nº 5.921. Com o reconhecimento do pioneirismo da Fundação de Ensino Superior de Pernambuco, a importância da instituição para Pernambuco e as contribuições para o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação universitária, o momento marcou mudanças na educação do Estado. O período também foi caracterizado pela expansão da estrutura física da instituição, coordenada durante a gestão do Governador Roberto Magalhães Melo (1983-1986). Nessa ocasião, diversas unidades na Região Metropolitana do Recife começaram a ser construídas, outras foram ampliadas ou concluídas, como a estruturação de espaços acadêmicos específicos. Ao mesmo tempo em que a FESP buscava se adaptar a legislações educacionais, a sua gestão desenvolvia um amplo projeto de modernização da estrutura física e formação de uma comunidade acadêmica especializada, com projeto de expansão e consolidação no interior do Estado.

Educação superior e desenvolvimento regional: universidade, terciarização e justiça socioespacial

É inegável a importância do ensino superior para a promoção do desenvolvimento social e econômico. No entanto, sua concentração nas grandes cidades e nas regiões Sul e Sudeste

exemplifica injustiça socioespacial, caracterizada pela distribuição desigual dos recursos educativos no território, agravando desigualdades historicamente construídas (Harvey, 1980). Concebê-lo como um direito exige sua dimensão geográfica para superação dessas disparidades espaciais e o acesso a serviços que podem contribuir com mudanças sociais básicas, a partir de demandas atendidas por diferentes projetos das instituições.

Pensando na universidade como locus de produção e disseminação do conhecimento científico, do progresso tecnológico e da inovação, a chegada de uma IES em uma cidade menor pode gerar impactos mais evidentes do que nos grandes centros urbanos, em que a oferta de bens e serviços já é expressiva. Nesse sentido, uma universidade, sobretudo pública, tem papel estratégico no desenvolvimento dos lugares, através da possibilidade de incorporação de conhecimento ao território, por meio da diversificação dos conteúdos das pesquisas, possibilitando às diferentes regiões lidarem com suas questões (Augustinho; Mesquita, 2024).

De acordo com Bellet Sanfeliu (2011, p. 25), “más que una institución alojada en la ciudad, la universidad hoy una parte constituyente de su estructura, forma y funcionamiento”. Além disso, as universidades são “motores económicos, tecnológicos y empresariales, son también un elemento de creación de ciudad, puesto que dinamizan el tejido social local”. A presença de IES em periferias combate a discriminação locacional, processo causal de injustiça onde o espaço reforça as desigualdades sociais (Soja, 2025). Harvey (1980) compreende tais questões como a urbanização desigual, superada por interiorização que incorpora conhecimento a territórios vulneráveis. Sendo assim, compreendemos a expansão do setor terciário da economia e uma maior demanda por educação superior como desdobramentos do capitalismo flexível.

Mudanças econômicas e sociais significativas, desde a década de 1960 e aprofundadas nos anos 1990, impactaram a produção do espaço e na distribuição das atividades econômicas, caracterizadas pela inovação tecnológica e organizacional, com alterações nos padrões de consumo (Harvey, 2012). Na urbanização contemporânea, o setor terciário, ou os terciários, como aponta Milton Santos (2004), em virtude de sua diversidade e complexidade, especialmente nos países não desenvolvidos, assume um lugar cada vez mais importante na economia e na urbanização, quando as cidades se tornam centros de produção e consumo.

A educação superior constitui, nesse cenário, uma exigência associada às novas demandas capitalistas, pois a sociedade da informação exige uma mão de obra cada vez mais qualificada, com o crescimento exponencial do trabalho intelectual (Santos; Silveira, 2000). Além disso, o conhecimento científico e tecnológico é evidenciado na competição, entre os lugares, por investimentos, conforme argumenta Harvey (2012, p. 151):

O acesso ao conhecimento científico e técnico sempre teve importância na luta competitiva; mas, também aqui, podemos ver uma renovação de interesse e de ênfase, já que, num mundo de rápidas mudanças de gostos e necessidades e de sistemas de produção flexíveis (em oposição ao mundo relativamente estável do fordismo padronizado), o conhecimento da última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica, implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva. O próprio saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas. Universidades e institutos de pesquisa competem ferozmente por pessoal, bem como pela honra de patentear primeiro novas descobertas científicas [...]. A produção organizada de conhecimento passou por notável expansão nas últimas décadas, ao mesmo tempo que assumiu cada vez mais um cunho comercial (como o provam as incômodas transições de muitos sistemas universitários do mundo capitalista avançado de guardiães do conhecimento e da sabedoria para produtores subordinados de conhecimento a soldo do capital corporativo).

Sendo assim, para discutir a interiorização universitária no Brasil, é necessário compreender o movimento iniciado a partir da década de 1960, impulsionado pela industrialização e urbanização, com transformações significativas nas bases materiais e sociais. Cabe destacar que, desde esse período, o setor privado comandava mais da metade das matrículas (Santos; Silveira, 2000). Dermeval Saviani pontua que, a partir de 1964, configurou-se uma concepção produtivista da educação, com imposição nos princípios da racionalidade, da eficiência e da produtividade. Para isso, os militares e seus interventores patrocinaram a expansão das fundações de ensino superior e das universidades. Entre os anos de 1964 e 1973, observou-se um crescimento de 744,7% no número de instituições, especialmente na iniciativa privada (Saviani, 2008, p. 297). No entanto, até o final do século XX, prevalecia o fenômeno conhecido como “metropolização da educação” (Santos; Silveira, 2000), caracterizado pela concentração de instituições de ensino superior nas metrópoles, que ofereciam uma maior diversidade de cursos, reforçando as desigualdades territoriais e limitando o alcance a pessoas de áreas mais distantes.

Até 2003, existiam no país 44 universidades federais, das quais 95% estavam concentradas nas capitais dos estados da federação, especialmente no Sul e no Sudeste, com apenas 11% das matrículas no interior do Norte e do Nordeste (Almeida *et al.*, 2023). Essa concentração reflete a injustiça socioespacial (Harvey, 1980), agravada pela metropolização da educação (Santos; Silveira, 2000), mas combatida pela interiorização que, como motor de desenvolvimento local (Bellet Sanfeliu, 2011), redistribui conhecimento a territórios vulneráveis via equidade locacional (Soja, 2025).

Na década de 1990, as políticas neoliberais fortaleceram a iniciativa privada e a expansão do ensino superior ganhou maior visibilidade durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), quando a política educacional brasileira passou a ser influenciada por diagnósticos de organismos internacionais. O período foi marcado pela difusão de uma concepção de universidade baseada em princípios mercantilistas e produtivistas, alinhada aos interesses do mercado (Andrade, 2011). Nesse contexto, a educação superior foi tratada como um meio para atender às demandas econômicas globais, priorizando resultados e produtividade. As políticas neoliberais agravaram desigualdades espaciais e apenas após o ano de 2003 se avançou na superação via equidade territorial.

Somente no início do século XXI o ensino superior foi atravessado por alterações na sua configuração territorial, havendo a intensificação da interiorização, sobretudo por meio de políticas públicas, com estímulo a ações afirmativas e a criação dos programas federais durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff (2003-2014)⁵, tais como: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, Programa Universidade para Todos, o Sistema de Seleção Unificada e a ampliação do Fundo de Financiamento Estudantil.

Com as mudanças nos padrões locacionais, houve uma desconcentração econômica das grandes cidades, permitindo que municípios fora do eixo metropolitano passassem a receber atividades especializadas. Sendo assim, a crescente demanda por ensino superior não pode ser dissociada dos processos capitalistas de reestruturação produtiva e urbana. Nesse sentido, a interiorização significou mais oportunidades para a população de cidades menores e de suas respectivas regiões. Entre os anos de 2003 e 2014, a criação de novos *campi* nas universidades federais cresceu 200% no Nordeste e 133% no Norte, com o aumento no percentual de matrículas em 99% no Nordeste, alcançando 319% na região semiárida e 52% no Norte (Almeida *et al.*, 2023).

⁵ A partir de 2014, a educação foi atingida pela crise na política econômica do governo, com cortes em várias áreas, atingindo o orçamento da educação (Almeida *et al.*, 2023).

Sendo assim, a contemporaneidade é marcada por uma nova configuração espacial, em que o governo federal estabeleceu as bases para expansão e interiorização da oferta de ensino superior, por meio de políticas que também favoreceram o setor privado. Por meio da sua IES estadual, Pernambuco seguiu a tendência federal (Gomes *et al.*, 2024; Valença, 2018), com uma nova fase da interiorização da Universidade de Pernambuco que, a partir dos anos 2000, refletiu o movimento que ocorreu em escala nacional de democratização do acesso ao ensino superior e de desenvolvimento territorial e regional. Portanto, a iniciativa se aproxima da promoção da justiça socioespacial em Pernambuco, ao mitigar as desigualdades locais e redistribuir as oportunidades.

Expansão e interiorização na Universidade de Pernambuco

Na década de 1960, o primeiro movimento de expansão e interiorização da Universidade de Pernambuco, ainda como Fundação de Ensino Superior de Pernambuco, foi realizado a partir dos projetos de formação de professores em municípios do interior do estado. Em 1966 foram criadas as faculdades de formação de 1º ciclo em Nazaré da Mata e em Garanhuns. Ao mesmo tempo, iniciaram-se os estudos para implantação do curso de Medicina em Petrolina, com o objetivo de descentralizar e interiorizar a formação de profissionais de saúde. O projeto inicial não deu certo, em razão da ausência de profissionais específicos, bem como da necessidade de grandes investimentos em equipamentos, dando lugar à estruturação da Faculdade de Formação de Professores de Petrolina, que foi transferida para a FESP em 1970 (Pernambuco, 1970a; 1970b).

Mesmo com uma maior concentração de faculdades e escolas incorporadas à FESP em Recife, é importante destacar os projetos de expansão para o interior, ainda na segunda metade do século XX, que abarcaram diferentes regiões do Estado. Embora inicialmente os cursos das cidades do interior estivessem voltados apenas para a formação de docentes para atuar na educação básica, pode-se dizer que foi uma importante contribuição para o desenvolvimento social, econômico e político das regiões onde se instalaram. Em contrapartida, as demandas sociais do início dos anos 2000 evidenciaram que diversas regiões ainda eram marcadas pela ausência de instituições de ensino superior.

Alinhada ao processo de expansão da rede federal de ensino superior em Pernambuco, com a formação de *campi* avançados nas cidades da Região Metropolitana do Recife, da Zona da Mata, do Agreste e do Sertão, além da criação da Universidade Federal do Vale do São Francisco, a Universidade de Pernambuco também realizou um trabalho de ampliação para atender a demandas sociais, culturais, políticas e econômicas. Os novos *campi* da UPE foram implantados em cidades que ainda não eram atendidas pela instituição, mas que apresentavam necessidades de melhorias em seus índices de desenvolvimento.

O primeiro *campus* da nova fase de expansão da Universidade de Pernambuco foi implantado na cidade de Caruaru, em 01 de fevereiro de 2005, a partir da Resolução CONSUN nº 014/2004, com a autorização para a criação do curso de Sistemas de Informação (Universidade de Pernambuco, 2004). A unidade está localizada em um dos principais centros populacionais e econômicos do Agreste, com o objetivo de atender às demandas de formação profissional nas áreas de Administração e Sistemas de Informação, com atividades de graduação e pós-graduação. Em 01 de fevereiro de 2007 foi aprovada a criação do Campus Salgueiro, localizado no Sertão, por meio da Resolução CONSUN nº 011/2007. A unidade iniciou suas atividades com o curso de Administração. Na mesma região, em 01 de agosto de 2011 e 12 de agosto de 2013 foram instalados os *campi* nas

idades de Arcoverde e Serra Talhada, respectivamente, criados pela Resolução CONSUN nº 003/2012 (Universidade de Pernambuco, 2012a). As unidades de educação passaram a ofertar os cursos de Medicina, Odontologia e Direito, a partir da Resolução CONSUN nº 013-A/2010, possibilitando que os estudantes realizassem a formação sem o deslocamento para a capital ou outros centros populacionais (Universidade de Pernambuco, 2004; 2012b).

Após uma grande enchente em junho de 2010, que atingiu várias cidades da Zona da Mata Sul de Pernambuco, surgiram novas demandas de formação de profissionais que pudessem colaborar com a melhoria da realidade econômica dos municípios da região. Em 02 de abril de 2012, por meio da Resolução CONSUN nº 003/2012, foi aprovada a implantação do *Campus* Mata Sul, localizado na cidade de Palmares. A unidade de educação iniciou as suas atividades com o curso de Tecnologia em Logística e Serviço Social, com o objetivo de mitigar os efeitos territoriais e dinamizar a localidade após a constatação de graves problemas sociais (Universidade de Pernambuco, 2012a).

Em entrevista do professor Pedro Falcão, realizada no dia 19 de março de 2022, no Gabinete da Reitoria da Universidade de Pernambuco, destacou que, quando atuou como reitor da instituição em parte do processo de expansão, o trabalho tinha como objetivo oferecer “[...] oportunidades para os moradores das cidades que nunca tiveram uma universidade na localidade”⁶. O docente complementa:

[...] a ideia do Governador Eduardo Campos era que cada uma das 12 regiões do Estado tivesse um *campus* da UPE. Entendia-se que a região iria se desenvolver através da produção do conhecimento. O projeto era fixar as pessoas na cidade ao invés de elas saírem para estudar fora, você ter o *campus* da universidade onde você iria fixar as pessoas e seria um polo de desenvolvimento através da educação⁷.

Além de constituir um projeto educacional voltado à expansão do ensino, da ciência e da tecnologia, as ações da instituição também se fundamentaram na proposição de uma nova realidade econômica para as localidades em que estavam sendo instaladas. O estabelecimento de novos *campi* movimentou a estrutura das cidades, organizando uma vida universitária para as localidades que receberam a UPE. A implantação de uma unidade de educação colabora com a formação de uma cadeia produtiva, a reorganização dos espaços, circulação de pessoas e novas ofertas de serviços em torno do cotidiano universitário.

Ainda no processo de expansão da universidade, em 31 de março de 2022, a partir das Resoluções CONSUN nº 007/2022 e nº 008/2022, foram criados os *campi* de Ouricuri e Surubim, respectivamente. Na unidade do Sertão do Araripe, a partir de 2023, a universidade passou a ofertar o curso de Bacharelado em Enfermagem, com o objetivo de formar profissionais para atender às demandas da rede regional de saúde. O *campus* localizado no Agreste iniciou suas atividades com os cursos de bacharelado em Sistemas de Informação e Engenharia de Software, acompanhando a tendência do lugar para as ações voltadas às áreas tecnológicas (Universidade de Pernambuco, 2022a; 2022b).

Deve-se destacar que as negociações para um município receber uma unidade de educação da UPE envolvem longas discussões entre a gestão da instituição, os poderes Executivo e Legislativo, organizações governamentais e os representantes locais. Os projetos têm início a partir de um planejamento estratégico, com sondagem das demandas de profissionais, rede de assistência, mercado para absorção da mão de obra qualificada, além de outros aspectos que são fundamentais para um investimento de longo prazo na localidade. O professor Pedro Falcão destacou que as indicações das cidades:

⁶ Entrevista de pesquisa concedida em 19 de março de 2022, na cidade do Recife.

⁷ Entrevista de pesquisa concedida em 19 de março de 2022, na cidade do Recife.

[...] eram pensadas de acordo com a ideia da microrregião. Era a cidade mais forte [...]. Caruaru não foi um caso diferente. Foi o primeiro *campus* dos novos. Se criou uma comissão, encaminhada pela CDL, por grupo de empresários, foi feita uma caravana, procuraram o governador, mostrando a necessidade de um *campus* da Universidade de Pernambuco. Não tinha Universidade Federal em Caruaru, só tinha a FAFICA e uma instituição privada. Houve uma demanda da sociedade. As outras cidades foram demandas do governo querendo abrir os *campi*. Como por exemplo, vamos abrir em 2 microrregiões do estado que não tem *campus* de universidade pública. No Agreste Setentrional, foi escolhida a cidade de Surubim. No Araripe, tem gente que está questionando: - 'por que não Araripina?' O *campus* da UPE lá no Araripe vai ser em Ouricuri, pela localização. Fica em um local central em relação a outras cidades, para dar oportunidades a mais pessoas. Lá tem um hospital importante, tem uma questão interessante na área de saúde, então o *campus* da UPE vai ter cursos na área de saúde. Nós mudamos o modelo de criar *campi* novos, estamos observando a demanda de cada região e não levar cursos porque o Reitor, o Diretor ou o Prefeito acha que deve.

O depoimento do docente demonstra como, a após a consolidação administrativa, acadêmica e do planejamento, o processo de expansão passou a ser desenvolvido de modo organizado, com articulação entre a gestão da universidade, os representantes do Governo do Estado e a sociedade civil. Um dos objetivos traçados é que os cursos atendam a demandas específicas, com projetos para a sua manutenção e as possibilidades de fortalecimento do ensino, da pesquisa, da extensão, da inovação e da assistência à população. Os cursos ofertados pela Universidade de Pernambuco também acompanharam as transformações sociais, não apenas legislativa, mas os debates em torno da pluralidade identificada em nosso país. A professora Maria do Socorro de Mendonça Cavalcanti, que ocupou o cargo de Vice-reitora e Reitora da Universidade de Pernambuco, em entrevista concedida em 21 de março de 2022, na cidade do Recife, destacou a importância do planejamento estratégico para a ampliação da instituição. A docente enfatizou que as ações precisam de “[...] garantias, não apenas com professores, mas recursos para montar a infraestrutura física inicial”⁸. Ainda durante as suas observações, ressaltou o trabalho da pós-graduação para o fortalecimento e crescimento da UPE, uma vez que:

[...] teve um papel fundamental nessa expansão, com visibilidade nacional e internacional. Esse crescimento da pós-graduação em todas as áreas e principalmente no interior foi fundamental. O fato de a UPE ter aceitado alguns desafios, como o programa voltado para a área de gestão, também foi importante, pois deu visibilidade à universidade em diferentes localidades e com atendimento ao público⁹.

A capilaridade dos programas de pós-graduação na Universidade de Pernambuco pode ser identificada a partir da sua distribuição: está presente em todas as regiões do Estado. Diferentemente do que ocorre em diversas instituições de ensino superior, a sua oferta não se concentra na capital ou em grandes centros urbanos, mas também mantém atividades nos *campi* da Zona da Mata, do Agreste e do Sertão de Pernambuco. Em janeiro de 2026, a Universidade de Pernambuco contava com 27 cursos de mestrado e 16 de doutorado, dentre eles 14 localizados fora da Região Metropolitana do Recife, configurando um marco para a instituição e o reforço na política de expansão. Além disso, quatro cursos possuem sete núcleos de interiorização¹⁰, somados

⁸ Entrevista de pesquisa concedida em 21 de março de 2022, na cidade do Recife.

⁹ Entrevista de pesquisa concedida em 21 de março de 2022, na cidade do Recife.

¹⁰ A nucleação dos Programas de Pós-Graduação, no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, refere-se ao processo de criação, fomento e consolidação de novos núcleos de pesquisa em pós-graduações stricto sensu em instituições de ensino, especialmente fora dos grandes centros. O objetivo é descentralizar e fortalecer a produção científica, com incentivo aos mestrados e doutorados em regiões com menor densidade de pesquisadores e descentralização da pesquisa.

a três Mestrados Profissionais em Letras, ofertados nos municípios de Nazaré da Mata, Garanhuns e Petrolina, totalizando 37 polos de formação *stricto sensu* em cidades do interior de Pernambuco.

No entanto, a expansão não deve ser compreendida apenas como ampliação da oferta de vagas ou como redistribuição espacial de unidades acadêmicas. No contexto da sociedade da informação e da intensificação da competição entre os lugares, a educação superior também se insere nas dinâmicas contemporâneas de produção de valor, uma vez que o conhecimento científico e tecnológico passa a constituir um recurso estratégico para a atração de investimentos, a qualificação da força de trabalho e o fortalecimento das economias territoriais. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a interiorização da UPE contribui para redução das desigualdades territoriais e regionais, ampliando as oportunidades de acesso, também responde às exigências de um cenário em que universidades e centros de pesquisa assumem papel decisivo na produção, circulação e consumo do saber, enquanto uma mercadoria-chave e em fator central da competitividade interurbana (Harvey, 2012).

O período recente da UPE: rede urbana, escalas e capilaridade territorial

Atualmente, a UPE possui unidades de ensino presenciais em 11 municípios, dos quais 10 estão fora da Região Metropolitana do Recife. Além disso, a instituição conta com 16 polos de educação a distância, em 13 municípios distintos daqueles com unidades presenciais (Figura 1). A distribuição demonstra a capilaridade da IES em todo o Estado, reduz a necessidade de deslocamento de estudantes para a capital e diminui as distâncias percorridas para cursar o ensino superior. Nesse sentido, essa expansão para o interior pode ser interpretada à luz da justiça socioespacial.



Figura 1 – Municípios onde a UPE está presente com unidades de educação presencial e polos de Educação a Distância.

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

A política de expansão da Universidade de Pernambuco e as atividades dos cursos de educação a distância possibilitaram à instituição construir a estrutura física do Polo Tabira, no Sertão de Pernambuco, com o objetivo de prestar melhores serviços aos estudantes, docentes e colaboradores na região. A organização de unidades de educação em cidades da Zona da Mata, do Agreste e do Sertão possibilitou o fortalecimento de projetos em diferentes áreas, com a movimentação de uma comunidade acadêmica para localidades que não possuíam uma tradição universitária. A partir do mapa a seguir (Figura 2), é possível observar melhor como a instituição se distribui espacialmente pelo Estado, reduzindo as disparidades no acesso entre as diferentes regiões geográficas, ao permitir que mais pessoas, de contextos socioeconômicos distintos, tenham oportunidades de acessar a educação superior pública.

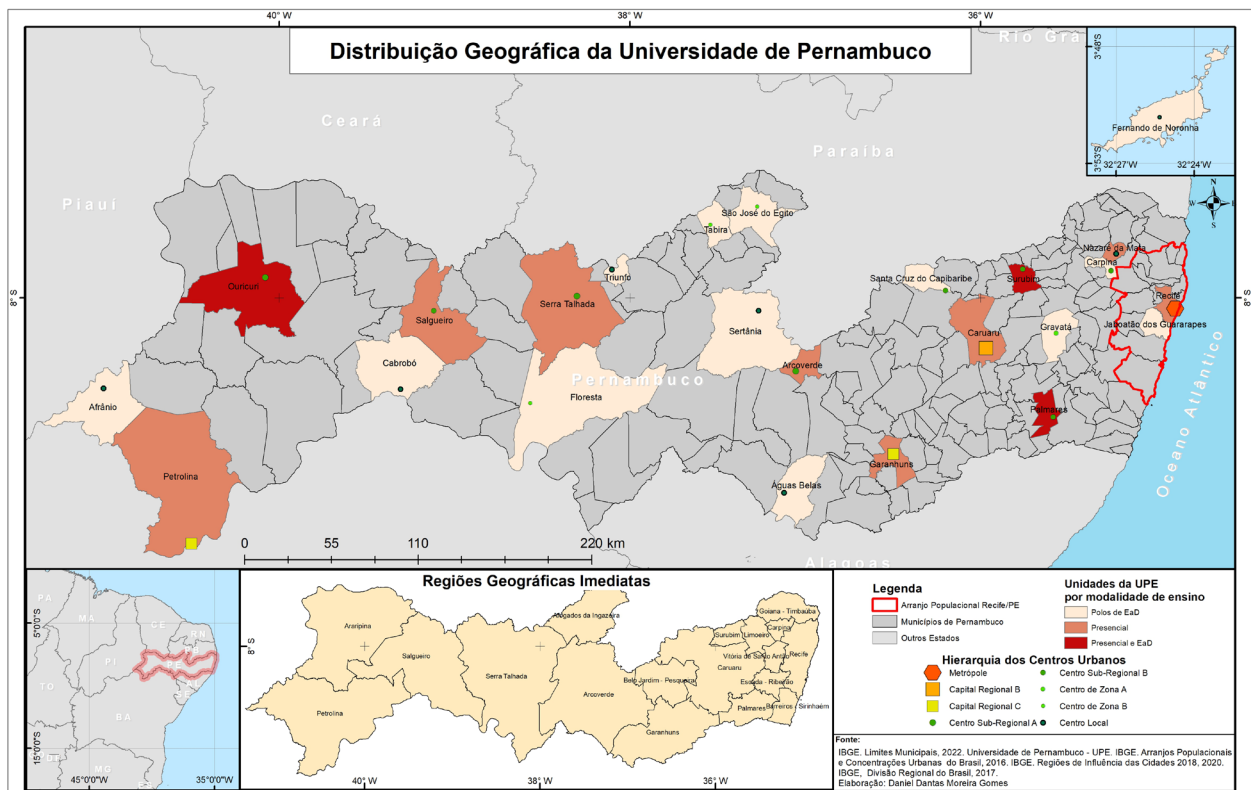


Figura 2 – Distribuição Geográfica da Universidade de Pernambuco.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016; 2017; 2020; 2023).

Considerando que nossas análises estão centradas na expansão e interiorização, o olhar recai sobre as cidades interioranas que, embora contem com unidades há mais tempo, também foram impactadas pelo processo de expansão recente. O exemplo da nossa afirmativa se concentra nas cidades de Garanhuns e Petrolina que, além dos cursos para a formação de professores, passaram a oferecer graduações e pós-graduações na área da saúde e tecnologia, ampliando sua atuação para atender a outras demandas sociais contemporâneas. O quadro a seguir (Quadro 1) sintetiza informações sobre as unidades do interior, destacando o ano da criação ou de início da expansão, os cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* oferecidos e a abrangência em

termos de municípios por região imediata¹¹. Os dados evidenciam como UPE tem contribuído para a diversificação do ensino superior, alcançando outras localidades que não seja a Região Metropolitana do Recife.

Quadro 1 – Dados selecionados das unidades de educação presencial do interior.

Unidade de Educação presencial	Ano de criação ou expansão ¹²	Cursos de Graduação	Cursos de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	Número de municípios da região imediata
Arcoverde	2011	Bacharelados em: Direito e Odontologia	Mestrado em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental (Núcleo)	11
Caruaru	2005	Bacharelados em: Administração e Sistema de Informação	Doutorado e Mestrado em Engenharia da Computação (Núcleo)	23
Garanhuns	1966	Bacharelados em: Engenharia de Software, Medicina e Psicologia Licenciaturas em: Ciências Biológicas, Computação, Geografia, História, Língua Portuguesa e suas literaturas, Matemática e Pedagogia	Mestrado Profissional em Letras Mestrado em Práticas e Inovação em Saúde Mental Mestrado em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental Mestrado Profissional em Ensino de Biologia Doutorado e Mestrado em Engenharia da Computação (Núcleo) Doutorado e Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental (Núcleo)	22
Ouricuri	2022	Bacharelado em Enfermagem		10 (Arapipina)
Petrolina	1968	Bacharelados em: Enfermagem, Fisioterapia e Nutrição Licenciaturas em: Ciências Biológicas, Geografia, História, Letras com habilitação em Português/ Inglês, Letras com habilitação em Português/Espanhol, Matemática e Pedagogia	Doutorado e Mestrado em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares Doutorado e Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental Doutorado e Mestrado em Reabilitação e Desempenho Funcional Mestrado Profissional em Processos e Tecnologias Educacionais Mestrado Profissional em Letras	6
Salgueiro	2007	Bacharelado em Administração	Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável (Núcleo)	9
Serra Talhada	2013	Bacharelado em Medicina	Mestrado em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental (Núcleo)	13
Mata Sul (Palmares)	2013	Bacharelado em: Administração e Serviço Social		10
Surubim	2022	Bacharelados em: Engenharia de Software e Sistemas de Informação		7
Mata Norte (Nazaré da Mata)	1966	Licenciaturas em: Ciências Biológicas, Computação, Geografia, História, Letras com habilitação em Português/Inglês, Letras com habilitação em Português/Espanhol, Matemática e Pedagogia Tecnologia em Logística	Mestrado Profissional em Letras Doutorado e Mestrado Profissional em Educação Mestrado Profissional em Educação Inclusiva Doutorado e Mestrado Profissional em Ensino de História Doutorado e Mestrado em Etnobiologia e Conservação da Natureza Doutorado e Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental (Núcleo)	6 (Carpina)

Fonte: Universidade de Pernambuco (2025a); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017).

¹¹ As Regiões Geográficas Imediatas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017) são delimitadas com base nas dinâmicas cotidianas de circulação de pessoas em busca de bens e serviços, incluindo educação. São uma subdivisão das Regiões Intermediárias, em que as relações são mais complexas, e refletem as relações de proximidade e centralidade exercida por uma cidade sobre outras localidades.

¹² Existem distinções temporais entre a aprovação institucional para funcionamento da unidade de educação e o efetivo funcionamento das suas atividades. Para as unidades mais recentes, foram utilizadas as datas de aprovação da criação dos campi no Conselho Universitário da UPE.

O número de municípios por região imediata é importante por nos ajudar a dimensionar a abrangência regional de cada unidade da Universidade de Pernambuco. Essa informação permite compreender como a presença da instituição pode beneficiar outras localidades, além da cidade-sede, que dependem dela para o acesso a serviços educacionais, o que reforça seu papel estratégico na organização territorial e no desenvolvimento regional, promovendo inclusão e fortalecendo a integração entre comunidades diversas. Com exceção de Ouricuri e Nazaré da Mata, todas as cidades que sediam unidades presenciais do interior comandam suas respectivas regiões imediatas. Ouricuri integra a Região Imediata de Araripina, enquanto Nazaré da Mata pertence à Região Imediata de Carpina.

Em Caruaru, a UPE teve o objetivo atender à demanda da população por uma instituição pública de ensino superior (Valença, 2018). A Associação Comercial e Empresarial de Caruaru participou ativamente do processo de escolha dos cursos, alinhando-os às necessidades locais e regionais. A presença da UPE também fortalece o Arranjo Produtivo Local de Confecções do Agreste, articulando desenvolvimento regional via parcerias entre a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação de Pernambuco, o Instituto Tecnológico de Pernambuco e outras instituições.

Destaca-se que, devido à oferta das atividades universitárias da UPE na região, complementada com a oferta de cursos pelo Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco, criado em 2006, e o Instituto Federal de Pernambuco – Campus Caruaru, inaugurado em 2010, outros órgãos voltados para a promoção do ensino, da ciência e tecnologia foram implementados na cidade. Em 17 de outubro de 2015, foi inaugurado, em Caruaru, o Armazém da Criatividade, projeto vinculado ao Porto Digital, que tem o objetivo de expandir o parque tecnológico localizado na cidade do Recife. A instituição tem o objetivo de apoiar empreendedores, estudantes e promover a inovação no Agreste pernambucano, com forte atuação da comunidade universitária da cidade.

Em Nazaré da Mata, Petrolina e Garanhuns, por exemplo, cidades que já contavam com unidades consolidadas voltadas à formação de professores para a educação básica, a UPE ampliou sua oferta de cursos para atender a demandas contemporâneas da sociedade. Nazaré da Mata passou a ofertar o curso Tecnólogo em Logística, que atende às necessidades de diferentes empresas da região, com o fornecimento de profissionais para distintos municípios. Em entrevista concedida pelo professor João Allyson, Diretor da UPE-Campus Mata Norte, na cidade de Nazaré da Mata, no dia 18 de maio de 2022, destacou percepções qualitativas da interiorização no cotidiano e cadeia produtiva. O docente relatou que, na região, em todos os municípios visitados os profissionais “[...] em sua maioria, foram formados por nós [...]. Agora estamos vivenciando a experiência da repercussão da formação dos nossos estudantes de Logística. Tanto em Nazaré como nos municípios do entorno, temos empresas abrindo suas portas para os projetos do curso”¹³.

Nas cidades de Arcoverde, Serra Talhada e Ouricuri, a instalação de unidades presenciais da UPE tem suprido a carência de educação pública de qualidade, reduzindo a necessidade de deslocamento dos estudantes para centros urbanos mais distantes. Arcoverde e Serra Talhada atendem a uma população localizada em áreas com oferta limitada de educação superior público, especialmente em cursos como Medicina, Direito e Odontologia. Em Ouricuri, além de uma unidade presencial que oferta o curso de Enfermagem e amplia o acesso à formação profissional na área de saúde, a UPE também conta com um polo de educação a distância.

Apesar dos avanços observados na interiorização dos cursos de graduação da Universidade de Pernambuco, o maior quantitativo de vagas ainda se concentra nas unidades de educação

¹³ Entrevista de pesquisa concedida em 18 de maio de 2022, na cidade de Nazaré da Mata.

localizadas na Região Metropolitana do Recife. Nos dois *campi* situados na capital pernambucana, dedicados aos cursos das áreas de saúde, direito, ciências sociais aplicadas, engenharias e tecnologia, no ano de 2024 foram registradas 13.034 matrículas. Em contrapartida, no mesmo período, nas unidades localizadas no interior, a instituição efetivou 11.371 matrículas em cursos de diferentes áreas do conhecimento (Universidade de Pernambuco, 2025b, p. 60).

Mesmo com as distinções entre as matrículas realizadas na Região Metropolitana do Recife e nas unidades do interior, destaca-se a capilaridade das ações desenvolvidas nos municípios mais distantes da capital. Como exemplo, em 2024, a UPE “promoveu 710 atividades de extensão, sendo 433 (61%) no interior” (Universidade de Pernambuco, 2025b, p. 162). “Todos os projetos do Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência (456 bolsistas, 57 supervisores, 19 coordenadores) foram interiorizados” (Universidade de Pernambuco, 2025b, p. 99), evidenciando presença qualificada em territórios vulneráveis.

Além da contribuição dos projetos desenvolvidos pela comunidade acadêmica e a formação na graduação e pós-graduação, deve-se destacar que parte da estrutura física ofertada pela instituição também é fundamental para o desenvolvimento social, cultural e econômico das regiões distantes dos principais centros urbanos. Em muitos casos, é nas instituições de ensino superior em que estão as únicas bibliotecas das cidades, os laboratórios de informática e acesso à internet que possibilitam colaborar com a ampliação do conhecimento de diferentes indivíduos.

A interiorização da UPE também pode ser compreendida como resultado de uma demanda construída por diferentes agentes sociais, entre os quais se destacam lideranças políticas, gestores municipais e membros de associações representativas, que passaram a reivindicar a presença do ensino superior como resposta a carências históricas relacionadas à formação profissional, ao desenvolvimento regional e à oferta de serviços qualificados, constituindo-se como expressão de disputas entre lugares (Harvey, 2012). Nesse processo, a UPE não apenas atende a pressões políticas, mas também agrega valor ao território, ao ampliar sua capacidade de atrair fluxos de pessoas, conhecimentos, investimentos e projetos, fortalecendo economias locais e reposicionando as cidades receptoras na hierarquia regional.

A capilaridade territorial da UPE, ao aproximar ensino superior, pesquisa e extensão de populações historicamente distantes da capital, pode ser interpretada como uma expressão da justiça socioespacial, considerando que a espacialidade da (in)justiça é constitutiva das relações sociais (Soja, 2025) e que é formada por uma maior distribuição de recursos, serviços e oportunidades (Harvey, 1980). Essa distribuição territorial contribui para a fixação da população em suas regiões. Sendo assim, considera-se que a expansão e a interiorização da universidade promoveram justiça socioespacial em Pernambuco, especialmente nas últimas duas décadas, com atuação direta das universidades estaduais que promovem a maior capilaridade das suas atividades em todo o país.

Considerações Finais

Desde a sua fundação, em 1965, a Universidade de Pernambuco tem sido marcada pelas oportunidades construídas nos lugares mais distantes do Estado, do Litoral ao Sertão, em cidades com índices de desenvolvimento populacional e econômico distintos, com a transformação de vidas e esperança de dias melhores. A partir dos documentos analisados, nota-se o pioneirismo da instituição em diferentes frentes acadêmicas, em diálogo com a sociedade e com organizações civis. Os membros da UPE foram responsáveis por soluções de crises, criação e coordenação de instituições atuantes até o tempo presente, enfrentamento de epidemias e pandemias, formação

de profissionais especializados, organização de projetos inovadores, fixação de pesquisadores em diferentes localidades, colaboração com o setor público e privado, dentre outras ações que cooperaram para o desenvolvimento social, econômico, cultural e científico.

Os dados apresentados (Quadro 1 e Imagens 1-2), especialmente aqueles relacionados à capilaridade da UPE em municípios do interior de Pernambuco, evidenciam a redistribuição territorial do ensino superior e sua aproximação à justiça socioespacial. A oferta diversificada em Zona da Mata, Agreste e Sertão amplia a formação qualificada localmente, incluindo saúde e tecnologia. Os dados referentes às matrículas confirmam a ampla abrangência da instituição no Estado, com estudantes de todos os 184 municípios, reforçando a capilaridade e a inclusão territorial.

É importante destacar que o processo de expansão e interiorização da Universidade de Pernambuco não se restringiu aos cursos de graduação, mas também foi promovido a partir da nucleação da pós-graduação, das ações de extensão, o ensino de línguas e a formação de estudantes da educação básica. Sendo assim, nota-se que os objetivos não se resumem apenas à construção de unidades de educação, mas também promover a garantia do acesso à educação superior pública, gratuita, inclusiva e de qualidade.

A capilaridade da Universidade de Pernambuco permite que a instituição atenda à execução de projetos governamentais e de empresas privadas em diferentes regiões do Estado. Como exemplo, destaca-se a execução do Convênio nº 1/2026¹⁴, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, que tem o objetivo de ofertar cursos de mestrado, em turmas extras, para docentes da Rede Estadual de Ensino em consonância com a Lei nº 15.533/2015¹⁵, que estabelece o Plano Estadual de Educação. Com a distribuição da estrutura física da instituição, torna-se possível a oferta de turmas específicas para docentes que estão em Gerências de Educação localizadas em todas as regiões do Estado. Do mesmo modo, a oferta da Residência Intersectorial em Primeira Infância, iniciativa pioneira no Brasil, em conjunto com a Secretaria da Criança e Juventude e a Secretaria de Administração, possibilitou a formação de 101 profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social para atuação integrada na proteção dos direitos das crianças em diferentes municípios (Pernambuco, 2025).

Alinhada aos agentes e interesses econômicos locais e regionais, com planejamento específico que compreenda a demanda de cada localidade, a expansão e interiorização da UPE aproxima alguns dados da justiça socioespacial em Pernambuco, com a mitigação de desigualdades locais e a redistribuição de oportunidades educacionais. Do mesmo modo, garantem que diversos cidadãos possam realizar a sua formação sem grandes deslocamentos e a necessidade de um processo migratório, que pode promover a fuga de profissionais qualificados para outros territórios.

Referências

Almeida, J. E. et al. Interfaces entre a interiorização do ensino superior e o desenvolvimento local. *Economia & Região*, v. 11, n. 2, p. 195-219, 2023. Doi: [10.5433/2317-627X.2023.v11.n2.47015](https://doi.org/10.5433/2317-627X.2023.v11.n2.47015).

Andrade, M. E. Universidades estaduais no contexto da expansão do ensino superior. In: Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 25., 2011, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: Anpae, 2011. p. 1-13.

¹⁴ Pernambuco. *Convênio nº 1/2026*. Recife: Secretaria de Educação, 2026.

¹⁵ Governo do Estado do Pernambuco. *Lei nº 15.533, de 23 de junho de 2015*. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE. Recife, 23 jun. 2015. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pe/lei-ordinaria-n-15533-2015-pernambuco-aprova-o-plano-estadual-de-educacao-pee>. Acesso em: 15 fev. 2026.

- Augustinho, L. R.; Mesquita, F. C. As ciências da computação na Região Sul do país. In: Mesquita, F. C. et al. (org.). *Anais do V Simpósio Internacional de Geografia do Conhecimento e da Inovação*: Novas centralidades urbanas na Era Digital: Tecnologias da informação e o comando na rede de cidades. Florianópolis: UFSC, 2024.
- Bellet Sanfeliu, C. La inserción de la universidad en la estructura y forma urbana. El caso de la Universitat de Lleida. Scripta Nova. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona*, v. 15, n. 381, 2011.
- Brasil. Lei nº 2.524, de 4 de julho de 1955. Federaliza a Universidade Rural de Pernambuco. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1955. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=2524&ano=1955&ato=f81ITSE5kMJRVTF36>. Acesso em: 15 jun. 2026.
- Brasil. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, p. 11429, 27 dez. 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 5 jun. 2026.
- Brasil. Presidência da República. Decreto-Lei nº 9.388, de 20 de junho de 1946. Cria a Universidade do Recife e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, p. 615, 28 jun. 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9388-20-junho-1946-417645-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 jun. 2026.
- Cabral, N. D. A. *Memórias de um cotidiano escolar*: Universidade Católica de Pernambuco, 1943-1956. Recife: FASA, 2009.
- Gomes, B. M. R. et al. *Universidade de Pernambuco*: histórias, espacialidades, memórias e outras narrativas. Recife: Editora da Universidade de Pernambuco, 2024.
- Guerra, P. P. Mensagem nº 576. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*, Recife, 18 nov. 1965. p. 1603. Disponível em: https://acervo.sdoe.com.br/docreader/docreader.aspx?bib=DO_196511&pasta=Dia%2018&pagfis=591. Acesso em: 17 jun. 2026.
- Harvey, D. *Condição pós-moderna*. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- Harvey, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Coordenação de Geografia.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Proposta metodológica para classificação dos espaços do rural, do urbano e da natureza no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Coordenação de Geografia.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Regiões de Influências das Cidades – 2018*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- Menezes, J. R. Fundação do Ensino Superior. *Jornal do Commercio*, 24 nov., p. 2, 1965.
- Moura, C. A. S.; Kerou, X. Teaching, Research and University Management in the Context of Educational Digitalization: Reflections from the Seminars between the University of Pernambuco and the Central University of Finance and Economics. *Global Journal of Human-Social Science*, v. 25, p. 34-45, 2025. Doi: <https://doi.org/10.34257/GJHSSGVOL25IS7PG35>.
- Pernambuco. Decreto Lei nº 1959, de 27 de abril de 1970. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*, Recife, 28 abr. 1970b. p. 2892. Disponível em: https://acervo.sdoe.com.br/docreader/docreader.aspx?bib=DO_197004&pasta=Dia%2027&pagfis=928. Acesso em: 17 jun. 2026.
- Pernambuco. Decreto Lei nº 222, de 16 de março de 1970. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*, Recife, 17 mar. 1970a. p. 1840. Disponível em: https://acervo.sdoe.com.br/docreader/docreader.aspx?bib=DO_197003&pasta=Dia%2017&pagfis=448. Acesso em: 17 fev. 2026.
- Pernambuco. Decreto nº 34.380, de 15 de dezembro de 2009. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*, Recife, 15 dez. 2009. Disponível em: <https://acervo.sdoe.com.br/docreader/docreader.aspx?bib=2009&pasta=Dezembro\Dia%2015&pagfis=42319>. Acesso em: 17 jun. 2026.
- Pernambuco. Lei nº 17.032, de 19 de agosto de 2020. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*, Recife, 20 ago. 2020. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=51595>. Acesso em: 17 jun. 2026.

Pernambuco. Lei nº 5.736, de 25 de novembro de 1965. Autoriza a criação da Fundação de Ensino Superior de Pernambuco - FESP - e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*, Recife, 26 nov. 1965. p. 8326. Disponível em: https://acervo.sdoe.com.br/docreader/docreader.aspx?bib=DO_196511&pasta=Dia%2026&pagfis=941. Acesso em: 17 jun. 2026.

Pernambuco. Secretaria da Criança e Juventude. *Residência intersetorial em primeira infância: a intersetorialidade como princípio de atuação entre o cuidar e o intervir na primeira infância*. Recife: EDUPE, 2025.

Samico, A. *Do discurso à ação – construindo a nova FESP*. Subsídios para a História da Fundação de Ensino Superior de Pernambuco. Recife: FESP, 1987.

Santos, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

Santos, M.; Silveira, M.L. *O ensino superior público e particular e o território brasileiro*. Brasília: ABMES, 2000.

Saviani, D. O legado educacional do regime militar. *Cadernos Cedes*, v. 28, n. 76, p. 297-308, 2008. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622008000300002>.

Soja, E. A cidade e a justiça espacial. *Revista GeoUECE*, v. 14, n. 26, e15707, 2025.

Universidade de Pernambuco. *Manual do Candidato*. Sistema Seriado de Avaliação da Universidade de Pernambuco. Processo de Ingresso 2026. Recife: Universidade de Pernambuco, 2025a. Disponível em: https://processodeingresso.upe.pe.gov.br/arquivos/ssa3_2026/202506131706_-_SSA_3_-_REVISADO_-_FINAL_13-06-25.pdf. Acesso em: 10 fev. 2026.

Universidade de Pernambuco. *Relatório de atividades 2024*: Universidade de Pernambuco. Recife: EDUPE, 2025b. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1a7AdE0ifed2at5jzSRL0Y341YiAk1KYV/view>. Acesso em: 12 fev. 2026.

Universidade de Pernambuco. *Resolução CONSUN nº 003/2012*. Sala dos Conselhos, 2 abr. 2012a. Disponível em: <https://sispub.upe.br/download/15bb586d32feac70faa7fcb3e4491cc9.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2026.

Universidade de Pernambuco. *Resolução CONSUN nº 013-A/2012*. Sala dos Conselhos, 27 maio. 2012b. Disponível em: <https://antigo.upe.br/consun/resolucoes-consun-2012>. Acesso em: 10 mar. 2024.

Universidade de Pernambuco. *Resolução CONSUN nº 007/2022*. Sala dos Conselhos, 31 mar. 2022b. Disponível em: <https://sispub.upe.br/download/e8a1bcb9c4aefda08c5a69f34c67e1c8.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

Universidade de Pernambuco. *Resolução CONSUN nº 008/2022*. Sala dos Conselhos, 31 mar. 2022a. Disponível em: <https://sispub.upe.br/download/ded9afb8deeffae51b3bc2416127d476.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

Universidade de Pernambuco. *Resolução CONSUN nº 014/2004*. Sala dos Conselhos, 26 out. 2004.

Valença, M.R. *Os novos papéis e funções da cidade média de Caruaru-PE: uma análise a partir da expansão do ensino superior*. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

Colaboradores

C. A. S. MOURA, M. R. VALENÇA, M. R. SANTOS e S. S. M. ARAÚJO. Conceitualização, Investigação, Metodologia, Escrita – rascunho original e Escrita – revisão e edição.